

Bactéria encontrada no Guaíba não deve se proliferar

Ufrgs identificou material em quatro pontos do lago na Capital

/ SANEAMENTO

Joaquim Porto

joaquimp@jcrs.com.br

Durante o período que marca os dois anos da enchente de maio de 2024, o lago Guaíba passa por mais uma situação delicada. Na semana passada, a presença da superbactéria *Acinetobacter baumannii* foi encontrada nas águas, por meio de estudos realizados por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).

A pesquisa foi efetuada pelo projeto ClimaRes WaSH, que atua no fortalecimento da resiliência climática em água, saneamento e saúde, integrando monitoramento ambiental, avaliação da qualidade da água, análise de riscos e produção de evidências para apoiar a tomada de decisão.

Conforme o ClimaRes, durante análises microbiológicas de amostras de água coletadas em 17 pontos de Porto Alegre, foi identificada a presença de *Acinetobacter baumannii* em quatro locais: praia do Lami, praia de Ipanema, próximo à foz do arroio Dilúvio e perto da Estação de Bombeamento de Água Pluvial (Ebap) Menino Deus.

Na avaliação de Fernando Magalhães Filho, professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH/Ufrgs), não há indícios de proliferação da bactéria. “Não existe essa ideia que ela vai se propagar e virar uma situação de pânico, ou de emergência. É importante entender que o corpo hídrico do Guaíba acaba recebendo influências externas, que arrastam os



ISABELLE RIEGER/ARQUIVO/JC

Gene foi registrado no Lami, Ipanema, Ebap Menino Deus e foz do Dilúvio

poluentes presentes no nosso ambiente”, afirma.

O professor acredita que mesmo sendo baixo, não há como calcular com certeza o risco, pois não existe a metodologia de dose-resposta utilizada para descrever a magnitude de um organismo, célula ou sistema em função da quantidade de uma substância (dose) à qual ele foi exposto. “Entendemos que o risco é baixo, pela sua forma de contágio. Não significa que, só ao entrar em contato com a água contaminada, a pessoa já vai ter algum tipo de doença. Envolve principalmente questões de imunidade e exposição”, relata.

Em 2024, a *Acinetobacter baumannii* foi listada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma das bactérias mais perigosas do mundo, sendo caracterizada como prioridade crítica dentre as bactérias resistentes a antibióticos que mais ameaçam a saúde pública global.

Para o especialista, o corpo hídrico é um espelho dos reflexos humanos no ambiente. “Se as bactérias chegaram, possivelmente foi por algum extravasamento, de alguma ponte de efluentes hospitalares/clínicos, que continham ela”, explica Magalhães Filho.

Em nota, o Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae), informou que deu início na terça-feira, a uma nova rodada de análises do lago Guaíba, com a finalidade de verificar a qualidade da água. Além disso, as amostras coletadas em ambientes naturais não têm relação com a água tratada distribuída à população.

A partir de agora, por não possuir legislação para genes de bactérias resistentes, os líderes do projeto garantem que monitoram a nível de patógenos e coliformes e, foi importante transmitir com transparência esse achado, para que as autoridades competentes definam suas estratégias.

Troca de sede busca otimizar processos do Tribunal Militar do RS

/ JUSTIÇA

Completando 108 anos em 2026, o Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul (TJM-RS), ao longo desse período, funcionou por décadas junto ao comando da Brigada Militar e, desde 1980, possui sede própria no bairro Praia de Belas. Porém, tem prevista uma mudança para o final deste ano. A Justiça Militar Estadual é responsável por julgar os crimes cometidos por policiais e bombeiros militares.

A troca planejada para o prédio do Foro Regional da Tristeza ainda não possui uma data exata, pois segue sob administração do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS). A edificação ainda passará por uma reforma para abrigar a estrutura da Justiça Militar.

Em nota, o TJM-RS comunicou que a mudança se justifica porque o prédio atual, inaugurado em 1980, já não comporta mais a estrutura necessária ao funcionamento da Justiça Militar. Hoje, o imóvel abriga o Tribunal e a 1ª Auditoria. E, desde a enchente de maio de 2024, a 2ª Auditoria passou a atuar de forma remota, já que o prédio onde funcionava foi completamente alagado. A nova sede busca reunir essas estruturas em um único espaço, com melhores condições de trabalho e atendimento.

De modo geral, o trabalho exercido pelo TJM-RS é analisar condutas ligadas ao exercício da função e à disciplina das

corporações. Uma parte dos processos é decidida por um juiz, e outra pelos colegiados, formados por magistrados e os próprios militares. Caso esteja envolvendo algum homicídio doloso contra civil, o julgamento passa a ser da Justiça comum, no Tribunal do Júri.

Atuando como instância de segundo grau - responsável por revisar as decisões proferidas nas Auditorias Militares - a Corte realizou um total de 901 processos no período entre março de 2025 e março deste ano, desses, foram proferidas 665 sentenças e acórdãos. O tempo médio entre a entrada do recurso e o primeiro julgamento no 2º grau é de 71 dias.

Uma especificidade relevante da Justiça Militar estadual é a apreciação dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs). No período analisado, foram recebidos 1.991 IPMs pelas auditorias militares.

A comunicação da instituição afirmou que, no campo dos processos, a principal demanda é referente ao aprimoramento contínuo dos fluxos de trabalho e das ferramentas digitais. O foco é na manutenção da celeridade e na redução do tempo de tramitação dos processos, em linha com as diretrizes de eficiência da atividade jurisdicional.

Nesse cenário, ainda é ressaltado que a atuação da casa militar permanece restrita às situações que envolvam sua competência, como eventuais ocorrências relacionadas à conduta de servidores que integrem as forças armadas no exercício de sua função.

Hantavirose tem maior risco de propagação em áreas rurais

/ SAÚDE

Desde a chegada no Brasil, em 1993, até o final do ano passado, o Hantavírus já registrou 2.412 casos confirmados, com 952 óbitos. Até o momento, o Rio Grande do Sul documentou dois casos em 2026 e, segundo a Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS), as ocorrências não possuem relação com o surto de hantavirose ocorrido em um navio que partiu da Argentina com destino a Cabo Verde.

Os casos foram listados nas áreas rurais dos municípios de

Antônio Prado e Paulo Bento, demonstrando que a doença apresenta maiores riscos em zonas rurais, pois o reservatório natural do vírus se encontra em roedores silvestres, mais especificamente, em suas secreções, frequentemente pela inalação de aerossóis. Até o momento, não há indícios de que os roedores urbanos sejam reservatórios da hantavirose.

Nesse sentido, a transmissão do agente infeccioso pode ocorrer de pessoa para pessoa, porém, documentada em apenas uma de suas cepas, a dos Andes. De acor-

do com Mateus Swarovsky Helfer, infectologista do Laboratório Weimann, para ter um potencial epidêmico ou pandêmico, a transmissão tem que ser fácil. E, nos casos documentados, o contágio requer contato íntimo prolongado e, nessa variante dos Andes, a cadeia de transmissão não se propagou com veemência. “Mesmo passando de pessoa para pessoa, ninguém espera uma pandemia”, informa.

Também há outros métodos de contaminação, sendo até mais comuns que entre seres humanos, como a percutânea, por meio de

escoriações cutâneas ou mordedura dos roedores, além do contato do vírus com mucosa (conjuntival, da boca ou do nariz), por meio de mãos contaminadas com excretas de roedores.

Já contraído, a hantavirose possui sua fase inicial, causando sintomas como febre, dor nas articulações, dor de cabeça, dor lombar, abdominal e sintomas gastrointestinais. Uma vez em evolução, na forma de Síndrome Cardiopulmonar por Hantavírus (SCPH), as manifestações são de febre, dificuldade de respirar, respiração acelerada, ace-

Histórico de hantavirose no RS

2025	8 casos
2024	7 casos
2023	6 casos
2022	9 casos
2021	3 casos
2020	1 caso

leração dos batimentos cardíacos, tosse seca e pressão baixa.

“Erradicar parece ser difícil, por se tratar de roedores, então, passa muito mais pela prevenção, cuidar ao se expor em situações de risco, antes mesmo que haja uma proliferação da doença”, afirmou Helfer.